



ANA CRISTINA BORGES ALBUQUERQUE

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
ARTIGO CIENTÍFICO
TURISMO E SEGURANÇA PÚBLICA EM CAMPO GRANDE - MS:
CENÁRIOS E PERSPECTIVAS**

Campo Grande – MS

2019



CURSO DE TURISMO - UUCG

ANA CRISTINA BORGES ALBUQUERQUE

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
ARTIGO CIENTÍFICO
TURISMO E SEGURANÇA PÚBLICA EM CAMPO GRANDE - MS:
CENÁRIOS E PERSPECTIVAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Turismo – ênfase em Empreendedorismo e Políticas Públicas da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul como parte das exigências para a obtenção do grau de Bacharel em Turismo.

Orientador: Prof. Dr. AIRTON AREDES

Campo Grande – MS

2019

ANA CRISTINA BORGES ALBUQUERQUE

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
ARTIGO CIENTÍFICO**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
CURSO DE TURISMO – ÊNFASE EM EMPREENDEDORISMO E
POLÍTICAS PÚBLICAS**

**TURISMO E SEGURANÇA PÚBLICA EM CAMPO GRANDE - MS:
CENÁRIOS E PERSPECTIVAS**

APROVADO EM: ____ / ____ / ____

Orientador: Prof^o. Dr^o. Airton Aredes
UEMS

Membro da Banca: Prof^a Me. Alaíde Brum de Mattos
UEMS

Membro da Banca: Prof^a Dr^a. Daniela Sottili Garcia
UEMS

A298t Albuquerque, Ana Cristina Borges

Turismo e segurança pública em Campo Grande – MS:
cenários e perspectivas/ Ana Cristina Borges Albuquerque. –
Campo Grande, MS: UEMS 2019.
21p.

Artigo (Graduação) – Turismo – Universidade Estadual de
Mato Grosso do Sul, 2019.
Orientador: Prof. Dr. Airton Aredes.

1. Turismo e segurança pública 2. Campo Grande (MS) –
Turismo seguro 3. Políticas públicas I. Aredes, Airton II. Título

CDD 23. ed. - 910.98171

A minha mãe, Celina (*in memoriam*), sua força e coragem me inspiram. Saudades eternas!

Manu e Bela, filhas amadas, minha maior motivação para continuar.

AGRADECIMENTOS

Gratidão eterna a Deus que me sustentou com seu amor e misericórdia.

Agradeço a minha família pela compreensão da minha ausência, quando deveríamos estar mais próximos.

Agradeço a UEMS, aos meus professores, técnicos administrativos e colaboradores que durante os últimos quatro anos fizeram parte dessa trajetória.

Agradeço ao meu orientador professor Dr. Airton Aredes, pela confiança em mim depositada, pela paciência e por todo o apoio dedicado.

Agradeço aos meus colegas de sala pela convivência diária, pela parceria e pela amizade.

Agradeço aos meus amigos pelo incentivo e torcida.

Turismo e Segurança Pública em Campo Grande – MS: cenários e perspectivas

Tourism and Public Security in Campo Grande - MS: scenarios and prospects

Turismo y Seguridad Pública em Campo Grande - MS: escenarios y perspectivas

Ana Cristina Borges Albuquerque¹

Resumo: Um dos fatores limitantes para o desenvolvimento da atividade turística, apresentado a partir dos resultados do Índice Competitividade do Turismo Nacional, no ano de 2015, para alguns municípios brasileiros foi a falta de policiamento especializado para atendimento ao turista. Nesse contexto, o presente artigo versa sobre a integração entre as políticas públicas de turismo e a segurança pública através de uma análise dos instrumentos de políticas públicas em vigência. Teve como objetivo verificar quais ações relacionadas à segurança pública foram apontadas pelo Plano Municipal de Turismo (2017) em Campo Grande – MS. A abordagem da pesquisa foi desenvolvida de forma qualitativa e de natureza aplicada, descrevendo e analisando as políticas públicas de turismo e de segurança pública em que essas ações foram implantadas e procurando o entendimento da contribuição dessas políticas para o planejamento de ações que visem o desenvolvimento turístico local. Como resultado foi constatado que não existem ações concretas definidas pelo Plano Municipal de Turismo (2017) com o objetivo de solucionar a questão da falta de policiamento especializado para atendimento do turista apresentado pelo supracitado índice e tampouco uma integração das políticas públicas de turismo com a segurança pública com foco no desenvolvimento turístico de Campo Grande – MS.

Palavras-chave: turismo, segurança pública, políticas públicas.

Abstract: One of the factors that limit the development of tourism activity, presented from the results of the Índice de Competitividade do Turismo, in 2015, for some Brazilian municipalities was the lack of specialized policing for tourist services. In this context, this article deals with the integration between tourism policies and public security through an analysis of the current public policy instruments. The objective was to verify which actions related to public safety were pointed out by the Plano Municipal do Turismo (2017) in Campo Grande - MS. The research approach was developed in a qualitative and applied nature, describing and analyzing the public policies of tourism and public security in which these actions were implemented and seeking to understand the contribution of these policies to the planning of actions aimed at local tourism development. As a result it was found that there are no concrete actions defined by Plano Municipal do Turismo (2017) with the objective of solving the lack of specialized policing for tourist services presented by the aforementioned index, nor an integration of public policies of Tourism with Public Security focusing on tourism development in the city of Campo Grande - MS.

Keywords: tourism; public security; public policy.

Resumen: Uno de los factores limitantes para el desarrollo de la actividad turística, presentado a partir de los resultados del Índice Nacional de Competitividad Turística, en 2015, para algunos municipios brasileños fue la falta de vigilancia especializada para los servicios turísticos. En este contexto, este artículo aborda la integración entre las políticas de turismo y la seguridad pública a través de un análisis de los instrumentos de política pública actuales. El objetivo era verificar qué acciones relacionadas con la seguridad pública fueron señaladas por el Plan Municipal de Turismo (2017) en Campo Grande - MS. El enfoque de investigación se desarrolló de forma cualitativa y aplicada, describiendo y analizando las políticas públicas de turismo y seguridad pública en las que se implementaron estas acciones y buscando comprender la contribución de estas políticas a la planificación de acciones dirigidas al desarrollo turístico. Como resultado, se encontró que no hay acciones concretas definidas por el Plan Municipal de Turismo (2017) con el objetivo de resolver la falta de vigilancia especializada para los servicios turísticos presentada por el índice mencionado, ni una integración de las políticas públicas de Turismo con Seguridad. Enfoque en el desarrollo turístico en el municipio de Campo Grande - MS.

Palabras clave: turismo; seguridad pública; políticas públicas.

¹ Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Campo Grande, Mato Grosso do Sul.

1 INTRODUÇÃO

O Estado de Mato Grosso do Sul recebe muitos turistas motivados pelas belezas naturais encontradas em seu território, e Campo Grande, sua capital, configura-se como uma das principais portas de entrada e conseqüentemente recebe esses turistas que se dirigem ao interior do Estado.

Classificada como destino turístico indutor² pelo Ministério do Turismo - MTur, atualmente, Campo Grande, vive um momento importante no turismo, através da implantação do Plano Municipal de Turismo- PMT 2017-2027 (2017), documento desenvolvido pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (SECTUR), em conjunto com grande parte dos atores envolvidos com a atividade turística no município.

O Plano Municipal de Turismo diagnosticou o cenário atual e suas limitações e definiu metas para a implantação das ações de planejamento com o objetivo de desenvolver o turismo de forma sustentável e competitiva.

Um dos fatores limitantes para o desenvolvimento da atividade turística no município, apresentado pelo Plano Municipal de Turismo (2017), a partir dos resultados do Índice Competitividade do Turismo Nacional (2015), foi a falta de policiamento especializado para atendimento ao turista. Portanto, a investigação se deu no sentido da análise do seguinte aspecto: quais ações foram tomadas para sanar essa limitação?

Nos últimos 15 anos, após a criação do MTur, no ano de 2003, o turismo no Brasil se desenvolveu, fato que pode ser constatado pelo aumento na captação de grandes eventos e na melhoria da infraestrutura turística, além de números publicados pelo MTur e outras entidades estaduais e municipais.

Mas, também enfrentamos atualmente muitos contratemplos, principalmente no que se refere a situação econômica do país que influenciou diretamente nas questões sociais e de segurança. Tal fato causou, em parte, uma estagnação no desenvolvimento turístico.

Com as demandas advindas dessa estagnação fica evidente que as políticas públicas de turismo se fazem imprescindíveis. A integração com outros setores do poder público, como

² São municípios que possuem infraestrutura básica e turística além de atrativos qualificados e capazes de atrair e/ou distribuir significativo número de turistas para seu entorno e dinamizar a economia do território em que está inserido (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2007).

o da segurança pública, pode contribuir para impulsionar o turismo e conseqüentemente desenvolver o país economicamente através da geração de emprego e renda.

Além disso, na atividade turística, o turista está cada vez mais exigente, pois, ao escolher um destino, levará em consideração diversos aspectos como os atrativos turísticos, a qualidade dos serviços, a infraestrutura da localidade assim como a segurança pública do local.

O Plano Nacional de Turismo (2018), traz a segurança pública como uma das estratégias fundamentais para que a experiência dos turistas no país seja satisfatória e conseqüentemente alavanque a competitividade turística. Dessa forma, a segurança pública se apresenta como uma atividade essencial para a manutenção da ordem e vem se preocupando cada vez mais com os problemas sociais e culturais da sociedade.

Tal fato, está explícito, uma vez que, o Código da Ética Mundial para o Turismo (1999) define que a proteção de moradores e turistas é responsabilidade das autoridades públicas. Além disso, o Fórum Econômico Mundial (2017) avaliou o Brasil como o número um no fator recursos naturais. No entanto, o país aparece como 106º no quesito segurança. Segundo o Plano Nacional de Turismo (2018, p. 75), “É nesse contexto que se faz necessário trazer a discussão da segurança pública para o ambiente do turismo”.

Nesse sentido, a integração entre as políticas públicas de turismo e a segurança pública pode ser uma importante ferramenta para o desenvolvimento pleno do turismo, uma vez que a questão da segurança pública pode ser um dos fatores da motivação turística e estar ligada à qualidade da experiência vivida pelo turista.

Em se tratando da cidade de Campo Grande, objeto de estudo desta pesquisa, a análise do Plano Municipal de Turismo (2017), no que tange a segurança pública se mostrou importante para o entendimento das perspectivas do desenvolvimento da atividade turística.

Dessa forma, o presente artigo teve como objetivo geral verificar quais ações relacionadas à segurança pública foram apontadas pelo Plano Municipal de Turismo (2017) em Campo Grande. E como objetivos específicos: Analisar se existe uma interface entre as políticas públicas de turismo e a segurança pública no cenário pesquisado; Levantar quais ações foram executadas segundo o plano e quais não foram; Identificar e propor ações viáveis dentro do cenário para atender as necessidades de segurança pública para a atividade turística na perspectiva do PMT.

A abordagem da pesquisa foi desenvolvida de forma qualitativa e de natureza aplicada, descrevendo e analisando as políticas públicas de turismo e de segurança pública em que essas ações foram implantadas e procurando o entendimento da contribuição dessas políticas para o planejamento de ações que visem o desenvolvimento turístico local. Este tipo de pesquisa foi escolhido devido à subjetividade e complexidade da realidade investigada e ter como foco a natureza do objeto a ser estudado e não apenas dados estatísticos.

Para tanto, os procedimentos escolhidos foram pesquisa bibliográfica e documental em livros, artigos e documentos que tratam dos temas políticas públicas e de segurança pública no turismo e para o entendimento dos conceitos de políticas públicas, segurança pública e planejamento. Também foram pesquisados o Plano Nacional de Turismo (2018), Lei Geral de Turismo de Mato Grosso do Sul (2018) e Plano Municipal de Turismo (2017), para verificação de como foram tratadas as políticas públicas de turismo e a segurança pública nesses documentos.

Foram selecionadas capitais com quantitativo de população similar à de Campo Grande (MS) dentre os 65 destinos indutores selecionados pelo Ministério do Turismo e Sebrae Nacional, analisados pelo Índice de Competitividade do Turismo Nacional, no ano de 2015, que se desenvolveram com a integração de algum Plano de Turismo e as políticas de segurança pública para contrapor com a realidade local.

Assim, o artigo foi organizado da seguinte forma: na primeira parte procuramos enfocar os conceitos de desenvolvimento, turismo e segurança pública, basilares para esta reflexão. Na segunda parte foi feita a análise das políticas públicas de turismo e segurança pública em vigência nas escalas nacional, estadual e municipal. Em seguida realizamos uma análise comparativa sobre o índice de competitividade do turismo nacional e a segurança pública das capitais Cuiabá, Teresina e Natal, por terem similaridades populacionais com Campo Grande. Além disso, foram realizadas entrevistas estruturadas com o representante da Secretária Municipal de Cultura e Turismo (SECTUR), instituição responsável pela criação do PMT (2017) e com um gestor da Polícia Militar do Estado do Mato Grosso do Sul (PMMS), com o objetivo de descobrir, se existem ações que envolvam a segurança pública na atividade turística.

Os resultados foram situacionais e limitados ao contexto apresentado pelo PMT (2017) e seguiram um plano de pesquisa com ênfase na análise descritiva dos fatos encontrados para uma maior possibilidade de atingir os objetivos propostos. Esperamos que os resultados sirvam

para futuras reflexões que tratem da relação segurança pública na atividade turística de Campo Grande.

2 TURISMO, SEGURANÇA PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO

O turista, ao sair de viagem motivado geralmente por suas necessidades básicas, deixa sua rotina em busca de experiências diferentes. Entre essas necessidades verifica-se a de se sentir seguro, como afirma Maslow (1943).

Nesse âmbito, a relação do turismo com a segurança pública fica clara, pois segundo Braggio (2007):

[...] a segurança pública é um fator importante e condicionante da imagem da cidade como destino turístico. [...] o turista hoje escolhe localidades para visitar analisando critérios como tranquilidade, oportunidade de descanso, lazer e entretenimento com segurança. Num mundo regido pela insegurança, pelo medo da violência, qualquer sinal de instabilidade pode resultar na rejeição a um determinado destino (BRAGGIO, 2007, p.64).

Segundo Molina (2003), o turista leva mais em conta a segurança pública oferecida do que os preços para a efetivação da escolha de um destino para passar seu tempo livre. E, ressalta ainda, que segurança pública abrange diversos outros aspectos como: a sinalização turística, informações no idioma do visitante e a polícia turística, a mesma polícia turística que o Plano Municipal de Turismo (2017) cita como fator limitante ao desenvolvimento da competitividade turística de Campo Grande – MS.

Pelo que demonstram os autores citados, a segurança pública é importante não apenas na avaliação da infraestrutura turística, mas também um item considerável para alavancar a competitividade de uma localidade turística. Logo, se faz necessário perceber que “A existência de atrativos turísticos não é mais garantia suficiente para o sucesso e perenidade de uma destinação turística” (PAIVA; MANFREDINI, 2010, p. 1).

Para que, em tese, a atividade turística em Campo Grande se desenvolva e atenda às necessidades de segurança da população e dos turistas, ela necessita entre outras, de uma ação em conjunto de instituições governamentais, setor privado e da sociedade local com o objetivo de propor ações que possam transformar a cidade em um destino turístico conceituado. É de interesse de todas essas instituições a melhoria na segurança pública, pois:

O turismo representa uma oportunidade de aumento das receitas, não somente para o país, mas também para a população. Por isso, os esforços desempenhados no sentido de estruturar e promover essa atividade constituem-se em perspectivas de desenvolvimento econômico (SILVA; COSTA; CARVALHO. 2013, p. 2)

Nesse contexto, surge o termo “competitividade turística” que, segundo Beni (2000, p 154 e 157), “[...] depende da capacidade de [...] melhorar permanentemente a qualidade de sua oferta” e “[...] o fator ‘qualidade’ é o único critério que se impõe de maneira natural para determinar o êxito ou o malogro dos produtos e serviços”.

Para que ocorra desenvolvimento de forma efetiva, deve-se haver planejamento. Este tem como função turística estabelecer objetivos para o seu destino e determinar métodos para alcançá-los (PETROCCHI, 2009). Dessa forma, a importância do planejamento para o desenvolvimento do turismo é evidenciada por Silva e Miranda (2013, p. 9): “O desenvolvimento do turismo sem o planejamento integrado a outros setores pode acarretar modificações negativas no território, tanto para a população local quanto para os turistas que visitam”.

A segurança pública é caracterizada por Molina (2003) como um fator de não mercado, ou seja, um fator que não está ligado diretamente a atividade turística, mas que, se colocada em segundo plano, irá afetá-la diretamente. Tal fato foi apresentado pelo Índice de Competitividade do Turismo Nacional (2015), que, apontou esse item como um fator limitante ao desenvolvimento da atividade turística em Campo Grande.

Com base nos argumentos apresentados sobre a importância da relação da segurança pública no desenvolvimento da atividade turística se faz necessário verificar como as políticas públicas vigentes tratam da questão turismo e segurança pública.

3 ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO E SEGURANÇA PÚBLICA EM VIGÊNCIA

Antes de iniciar essa reflexão, se faz necessário conceituar o que são as políticas públicas, já que elas estruturam o planejamento do setor envolvido com metas a serem cumpridas e diretrizes a serem seguidas.

Para Dias (2003), as políticas públicas são as ações executadas pelo Estado e que objetivam atender as necessidades do coletivo. De maneira geral são as decisões tomadas que envolvem questões de ordem pública e que visam solucionar essas questões.

Para Silva, Costa e Carvalho (2013),

As políticas públicas são instrumentos que, se bem elaborados, implementados, monitorados e avaliados corretamente são capazes de promover o desenvolvimento

social e econômico, não somente das populações, mas também dos setores da economia ao qual se destinam (SILVA; COSTA; CARVALHO 2013, p. 2).

A importância do segmento turístico para o desenvolvimento econômico do país implica na criação de políticas públicas por parte do poder público para regulamentar e incentivar a atividade turística.

Atualmente, existem várias políticas públicas de turismo vigentes no país. Uma delas é o Plano Nacional de Turismo “Mais Emprego e Renda para o País”. Lançado em 2018 e com sua vigência até 2022, o plano se estrutura em metas, diretrizes e linhas de atuação. As metas propostas por este plano são:

- Aumentar a entrada anual de turistas estrangeiros de 6,5 para 12 milhões;
- Aumentar a receita gerada pelos visitantes internacionais de US\$ 6,5 para US\$ 19 bilhões;
- Ampliar de 60 para 100 milhões o número de brasileiros viajando pelo país;
- Ampliar de 7 para 9 milhões o número de empregos no turismo.

Dentre as quatro diretrizes estabelecidas pelo documento para tornar os destinos, produtos e serviços turísticos brasileiros mais competitivos e sustentáveis é a diretriz de número dois (melhoria da qualidade e competitividade) que trata do desenvolvimento dos serviços de segurança pública para o aumento da competitividade. Além disso, o plano contém 17 iniciativas. Uma delas tem como premissa apoiar o planejamento do turismo integrado ao setor de segurança pública.

Dessa forma, o PMT (2018) conclui:

Diante disso, é imperativo estabelecer um conjunto de políticas e projetos do Governo Federal, das Unidades de Federação e dos municípios, com a finalidade de melhorar a percepção de segurança pública junto aos turistas que circulam no Brasil (PMT 2018, p. 75-76)

No âmbito estadual, a Lei nº 5224, sancionada em 09 de julho de 2018, tem como objetivo central a regulamentação do turismo sul-mato-grossense e representa uma grande conquista para o setor, garantindo a continuidade das políticas públicas. Ela dispõe sobre o Sistema Estadual de Turismo, apresenta a Política Pública Estadual e o Plano Estadual de Turismo. No entanto, ela não faz nenhuma alusão ao termo segurança pública. Da mesma forma, o Observatório de Turismo de Mato Grosso do Sul não aborda o tema em nenhuma de suas pesquisas publicadas.

Na esfera municipal, o atual Plano Municipal de Turismo (2017) menciona brevemente a questão da segurança pública ao apontar o resultado do Índice de Competitividade do Turismo Nacional (2015), todavia ele não traça estratégias ou ações para integrar a segurança pública a atividade turística. Um ponto importante desse índice é apontar a falta de segurança pública especializada em atendimento ao turista como um fator limitante para o desenvolvimento do turismo na cidade.

Já no que se refere às políticas de segurança pública, o Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social 2018-2028 (2018), elaborado pelo governo federal e disponibilizado no site do Ministério da Justiça e Segurança Pública, tem como um de seus objetivos elevar o nível de percepção de segurança da população através de medidas preventivas e repressivas de ação do Estado, se fazendo presente em locais de maior vulnerabilidade de ocorrências de crimes contra o patrimônio e a exploração sexual, associando as respectivas ações com a política pública de proteção ao turista e de fomento a indústria do turismo.

Diante do exposto é possível constatar que existe certa desconexão entre as políticas de turismo e as de segurança pública, o que reforça a necessidade de aprofundamento nas dimensões sobre essa questão, como é realizado e divulgado pelo Índice de Competitividade do Turismo Nacional.

4 ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE DO TURISMO NACIONAL E A SEGURANÇA PÚBLICA

O Índice de Competitividade do Turismo Nacional é um estudo desenvolvido pela Fundação Getúlio Vargas, pelo Ministério do Turismo e pelo Sebrae desde 2008. Ele visa coletar dados e fornecer informações tanto para os setores públicos, como para os setores privados com o objetivo de dar suporte nas tomadas de decisões que possam impulsionar o desenvolvimento da atividade turística.

Os 65 destinos indutores, avaliados anualmente desde 2008, tem sua competitividade avaliada em 13 características: infraestrutura geral, acesso, serviços e equipamentos turísticos, atrativos turísticos, marketing e promoção do destino, políticas públicas, cooperação regional, monitoramento, economia local, capacidade empresarial, aspectos sociais, aspectos ambientais e aspectos culturais.

A característica observada no presente trabalho foi a que trata da infraestrutura geral, mais especificamente sob a variável que se refere aos serviços de proteção ao turista. Essa

variável apura a existência de programas e de grupamentos especializados de proteção e atendimento ao turista, bem como de batalhões especializados, tanto da polícia militar, quanto da polícia civil. Essa variável também é citada pelo Plano Municipal de Turismo (2017) como fator limitante para o desenvolvimento da atividade turística no município de Campo Grande – MS.

Ao apresentar os resultados de Campo Grande, o índice destaca que a cidade se posicionou no nível 4 de 5 dos indicadores apresentados³. Esse resultado é superior à média brasileira, porém inferior à média das capitais. As dimensões que obtiveram maiores índices foram: Aspectos culturais, capacidade empresarial e economia local. Já a dimensão infraestrutura geral apresenta bons índices, mas podendo ser melhorada e inovada.

No que tange, especialmente, a segurança pública é destacado como ponto positivo a presença de instituições bem estruturadas que fortalecem o serviço de proteção ao turista, mas em contrapartida aponta como desafios enfrentados a ausência de grupamento especializado na Polícia Militar para o atendimento ao turista (ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE DO TURISMO NACIONAL. CAMPO GRANDE, 2015).

Para contrapor com a realidade de Campo Grande – MS, foram selecionadas dentre os 65 destinos avaliados pelo índice as capitais com população similar à de Campo Grande, entre 750 e 850 mil habitantes, de acordo com a população estimada pelo IBGE (2019). Com essa característica chegamos as seguintes capitais: Teresina (PI), Natal (RN) e Cuiabá (MT), suas avaliações sobre a dimensão infraestrutura e suas taxas de criminalidade. (Tabela 1).

Tabela 1 – Capitais com população similar a de Campo Grande (MS), sua dimensão infraestrutura e a taxa de criminalidade. (2015)

DIMENSÃO	CAMPO GRANDE	CUIABÁ⁴	NATAL	TERESINA
Infraestrutura geral	77,7	73,8	83,2	63,1
Taxa de Criminalidade a cada 100 mil habitantes	16,3	42,9	78,4	42,5

Fonte: Brasil (2015)

Organização: ALBUQUERQUE, (2019)

³ São 5 níveis distribuídos em uma escala de 0 a 100, eles indicam a pontuação obtida nas 13 dimensões avaliadas pelo índice de competitividade nacional em que o nível 1 indica 0 a 20 pontos e o 5 de 81 a 100 pontos (ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE DO TURISMO, 2015)

⁴ Cuiabá e Várzea Grande são cidades conurbadas e se utilizam das mesmas infraestruturas, como a rede hoteleira e o Aeroporto Internacional Marechal Rondon que se localiza em Várzea Grande. Somadas as suas populações, elas atingem o quantitativo populacional que se optou para a análise e por Cuiabá, a semelhança de Campo Grande, estar na Região Centro Oeste do Brasil.

Natal a capital do Rio Grande do Norte é a que apresenta o melhor resultado na avaliação da característica Infraestrutura Geral estando acima da média nacional. De acordo com o Índice de Competividade do Turismo Nacional (2015), dentre os fatores que influenciaram esse resultado está a presença de um grupamento da Polícia Militar especializado no atendimento ao turista. No entanto, ao analisar a sua alta taxa de criminalidade através do Atlas da Violência (2015), confirmada pelo Índice de Competividade do Turismo Nacional (2015) que aponta entre os desafios enfrentados é a não evidente sensação de segurança nas principais áreas turísticas, percebe-se que há uma discrepância das outras capitais. Tal fato pode ser entendido pelo destino apresentar o maior fluxo turísticos entre as capitais confrontadas. Também é possível deduzir que devido a taxa de criminalidade de Natal ser de 78,4, alta se comparadas com outras capitais analisadas, é que exista esse grupamento especializado de atendimento ao turista.

Teresina, capital do Piauí, e Cuiabá, capital do Mato Grosso, apresentaram resultados inferiores ao de Campo Grande e também não contam com um grupamento especializado na Polícia Militar ou programas de proteção ao turista como fatores que influenciaram estes resultados baixos assim como a capital de Mato Grosso do Sul. Acreditamos que as menores taxas de criminalidade dessas três capitais sejam o motivo de o poder público local não contemplar tais cidades com uma polícia especializada para atendimento ao turista, fato que pode, de certa forma, comprometer a decisão do turista ir ou não para essas localidades.

Porém, para comprovar tal constatação, no caso de Campo Grande – MS procuramos entidades que participaram ou deveriam ter participado da construção do Plano Municipal de Turismo para saber os motivos da não presença de um grupamento especializado para atendimento ao turista.

5 A SEGURANÇA PÚBLICA NO PLANO MUNICIPAL DE TURISMO 2017: A VISÃO DE SEUS (CO) AUTORES

Para a construção do PMT (2017) participaram vários atores do governo. Entretanto, alguns órgãos não puderam ou não quiseram participar da elaboração deste importante instrumento de políticas públicas que visa o desenvolvimento turístico de Campo Grande – MS.

Na entrevista com o representante da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (SECTUR), foi relatado que o PMT (2017) tem ações que buscam superar o desafio apontado

pelo Índice de Competividade do Turismo Nacional (2015) no tocante a falta de policiamento especializado para atendimento ao turista. A SECTUR já está estabelecendo parcerias para implantação de uma delegacia especializada em atendimento ao turista para a realização de campanhas efetivas e com a reinauguração da Rua 14 de Julho (que hoje passa por obras de revitalização).

Existem projetos para que através da ocupação dela com mais moradias, aumentará a circulação de pessoas diminuindo assim a criminalidade. Foi relatado também que todas as ações da instituição são em parceria com a Guarda Civil Municipal (GCM). Mas é oportuno salientar que nenhuma instituição de segurança pública foi convidada a participar da construção do supracitado plano, nem mesmo a GCM.

Sobre a delegacia citada, é importante ressaltar que ela funcionava na data da coleta de dados do referido Índice que até mesmo a tratou como um fator positivo no tocante a variável de serviço de proteção ao turista avaliada dentro da dimensão infraestrutura geral. Portanto, entendemos que esta ação apesar da sua importância, uma vez que esse atendimento esteve interrompido por um tempo, não aumentaria o nosso resultado em uma próxima avaliação. E com relação a se ter um aumento de pessoas circulando na área central sem o devido policiamento, entendemos que possa tanto aumentar como diminuir a criminalidade na região. Tal aumento pode, ao mesmo tempo, criar oportunidades para a ação de criminosos como também, pelo movimento ampliado de pessoas circulando, inibir a ação dessas pessoas.

Na entrevista com o representante da PMMS, foi respondido que o Batalhão de Polícia Militar Ambiental recebeu convite para participar de maneira informal e que não houve a participação porque para a formalização de tal ato seria necessário a existência de um convênio para a realização de ações conjuntas com a SECTUR. A segunda pergunta feita foi se a instituição já desenvolveu alguma ação específica relacionada ao turismo no estado (especificamente na cidade de Campo Grande). Foi respondido que através do Batalhão de Polícia Militar Ambiental é desenvolvido com a FUNDTUR um convenio chamado “Selo Turismo” destinado para o turismo de pesca, e que os recursos financeiros oriundos desse convênio são revertidos para ações relacionadas ao turismo, para as ações de sustentabilidade do convênio e em materiais para a fiscalização ambiental.

Com base nessas respostas, fica claro que as únicas ações da PMMS relacionadas a atividade turística se concentram sobre a reponsabilidade da Polícia Militar Ambiental, no que tange mais propriamente a atividades relacionadas ao turismo em um contexto ambiental, mas

não há ações desenvolvidas para turismo urbano. Tal inexistência é afirmada pelo Índice de Competitividade do Turismo Nacional (2015).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento de uma localidade turística demanda um olhar para vários fatores, dentre eles a segurança pública. E esse olhar não pode se restringir apenas no que tange a infraestrutura das cidades com instituições de segurança pública estruturadas e presentes como normalmente acontece. Deveria ir muito além disso, uma vez que a questão da segurança pública, mais especificamente os serviços de proteção ao turista, podem influenciar diretamente na motivação da escolha pelo destino turístico, podendo ainda ser usado como um importante fator competitivo quando existe uma integração desta segurança com os serviços turísticos como demonstrou os resultados das pesquisas divulgados pelo Índice de Competitividade do Turismo Nacional (2018).

No que tange aos objetivos propostos inicialmente, constatou-se que não existe uma interface entre a segurança pública e atividade turística na cidade de Campo Grande – MS e que as ações hoje planejadas pelas instituições responsáveis pelo desenvolvimento do turismo, não atendem as necessidades apontadas pelo PMT.

Com a análise das políticas públicas vigentes no país, o PNT (2018), a Lei Estadual do Turismo nº 5224 (2018) e o PMT (2017), constatamos que apenas o PNT (2018) traçou estratégias claras quanto a integração da segurança pública com a atividade turística visando o desenvolvimento do turismo. A referida Lei não traça nenhuma diretriz e não faz nenhuma menção ao assunto. Com relação a análise do PMT (2017), constata-se que apesar do plano observar e apontar a falta de um policiamento especializado ao atendimento ao turista, não houve uma preocupação em estabelecer ações concretas que possam solucionar essa lacuna apontada. O plano não apresenta nenhuma solução para vencer o desafio em questão e tal fato é evidenciado na entrevista com o representante da instituição responsável pela elaboração do documento, até porque se a intenção fosse ter um ação estratégica para superação desses desafios o convite para participar do plano teria sido feito a instituições de segurança pública de Campo Grande.

Entendemos que talvez as ações de segurança pública para a atividade turística não estejam na lista de prioridades das ações implantadas pelo poder público local por conta dos baixos índices de criminalidade apontados pelos dados estatísticos divulgados pelos institutos

de pesquisa. Mas acreditamos que quando se planeja o desenvolvimento de um destino turístico, planeja-se para receber mais pessoas e conseqüentemente aumentar o fluxo turístico, o que pode aumentar essas taxas de criminalidade sem a devida organização para a tal. Nós entendemos que as organizações públicas e privadas se preocupam apenas em atrair mais turistas e deixam em segundo plano o investimento nos serviços de infraestrutura e capacitação para atendimento desse maior fluxo.

Tamanha é a importância da relação turismo e segurança pública que o PNT (2018) apostou em estratégias que integram ambas como fator importante para o desenvolvimento da atividade turística brasileira, o que podemos considerar como um avanço para um instrumento de política pública em nosso país.

Assim, esta pesquisa pretende instigar novos estudos sobre o tema e aumentar as discussões a respeito pela relevância do assunto. Sugerimos, então, a aproximação, hoje inexistente, das instituições responsáveis pelo fomento do turismo junto as instituições de segurança pública com o objetivo de estreitar as relações e estabelecer parcerias. Podendo, assim, ser criado um grupamento de polícia especializado com agentes capacitados propiciando acolhimento, hospitalidade e a tão desejada percepção de segurança.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Luiz Gustavo Medeiros. (coord). *Índice de Competitividade do Turismo Nacional: relatório Brasil 2015*. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2015.

BENI, Mário Carlos. *Análise Estrutural do Turismo*. 3. ed. São Paulo, SP: Editora SENAC São Paulo, 2000.

BRAGGIO, Laércio Antônio. *Turismo e Segurança Pública*. Dissertação de Mestrado. Balneário Camboriú: Universidade do Vale do Itajaí, 2007.

BRASIL. Ministério da Justiça. *Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social 2018-2028*. Brasília, DF. 2018. Disponível em: <<https://www.justica.gov.br/sua-seguranca/seguranca-publica/plano-e-politica-nacional-de-seguranca-publica-e-defesa-social.pdf/view>>. Acesso em: 10 de out. 2019

BRASIL. Ministério do Turismo. *Plano Nacional do Turismo*. Brasília. DF, 2018.

BRASIL. Ministério do Turismo. *Índice de Competitividade do Turismo Nacional: Relatório Campo Grande 2015*. Brasília, DF: 2015.

BRASIL. Ministério do Turismo. *Índice de Competitividade do Turismo Nacional: Relatório Cuiabá 2015*. Brasília, DF: 2015.

BRASIL. Ministério do Turismo. *Índice de Competitividade do Turismo Nacional: Relatório Natal 2015*. Brasília, DF: 2015

BRASIL. Ministério do Turismo. *Índice de Competitividade do Turismo Nacional: Relatório Teresina 2015*. Brasília, DF: 2015

CAMPO GRANDE. Prefeitura Municipal de Campo Grande, Conselho Municipal de Turismo e SEBRAE MS. *Plano Municipal de Turismo de Campo Grande/MS*. Campo Grande: SECTUR, 2017.

FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL. *The Travel & Tourism Competitiveness Report 2017*. Cologny, Suíça, 2017.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Panorama – Campo Grande. Cuiabá. Teresina. Natal, 2019. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil>>. Acesso em: 10 out,2019.

MASLOW, Abraham. *A Theory of Human Motivation*. Psychological Review. v 50, 1943.

MATO GROSSO DO SUL, Lei nº 5224/2018 de 09 de julho de 2018. Dispõe sobre o Sistema Estadual de Turismo do Mato Grosso do Sul, a Política Pública Estadual para o Turismo e o Plano Estadual de Turismo, e dá outras providências. Campo Grande/MS, 2018. Disponível em: < www.spdo.ms.gov.br/diariodoe/Index/Download/DO9710_01_08_2018>. Acesso em 05 de out. 2019.

MOLINA, Sergio. *O pós-turismo*/Sergio Molina; tradução Roberto Sperling – São Paulo: Aleph,2003. – (Série Turismo).

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. *Código da Ética Mundial para o Turismo*. Santiago, Chile. 1999.

PAIVA, Maria Lúcia; MANFREDINI, Cíntia. *Os Stakeholders na Administração Pública do Turismo*. In: XXXIV Encontro da ANPAD. Rio de Janeiro, RJ, 2010, p. 1-17.

PETROCCHI, Mário. *Turismo: Planejamento e gestão*. 2.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

SILVA, Fabiana dos Santos; COSTA, Sarany Rodrigues da; CARVALHO, Conceição de Maria Belfort de. *Políticas públicas de turismo no Brasil: estratégias para administração da atividade no país*. In: Gestão e Tecnologia para a Competitividade Percursos da literatura brasileira. Rio de Janeiro, 2013, p. 83-94.

SILVA, Marina Duarte Gomes; MIRANDA, Elis de Araújo. *Planejamento do Turismo para o Desenvolvimento Local*. In: Seminário Nacional de Planejamento e Desenvolvimento. 2013, p. 9.

Sobre a autora:

Ana Cristina Borges Albuquerque: Graduanda em Turismo pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – Unidade de Campo Grande. E-mail: manubella06@hotmail.com